

EDUCAÇÃO SEXUAL NO CURRÍCULO DE BIOLOGIA: entre resistências e enfrentamentos à “ideologia de gênero”

Elaine de Jesus Souza

Universidade Federal do Cariri – UFCA

Dagmar Elisabeth Estermann Meyer

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Claudiene Santos

Universidade Federal de Sergipe – UFS

Resumo

Este artigo é um recorte de uma pesquisa, inscrita nos campos de estudo de gênero e sexualidade que dialogam com a teorização foucaultiana, e analisou os modos pelos quais a Educação Sexual vem sendo abordada no currículo de licenciatura em Biologia na Universidade Federal X. O trabalho de campo envolveu a realização de grupos focais e entrevistas semiestruturadas com formandos/as e recém-formados/as nesse curso e a análise foucaultiana do discurso foi utilizada para problematizar os discursos acerca de sexualidade e gênero que perpassam esse cenário curricular. Com essa análise evidenciamos, nas falas dos/as participantes, tanto contradições e conflitualidades que permeiam esse artefato cultural, quanto estratégias de resistência e de enfrentamento a normatizações, essencialismos e fundamentalismos reiterados pelo movimento “Escola sem Partido” e por meio do discurso da “ideologia de gênero”. Nesse contexto, ao ser incorporada no currículo privilegiando uma abordagem sociocultural e política, a Educação Sexual tem permitido multiplicar sentidos e possibilidades didático-metodológicas, favorecendo a desconstrução de relações de poder, discriminações e preconceitos alicerçados em discursos fundamentalistas que tentam cercear os campos de sexualidade e gênero na licenciatura em Biologia.

Palavras-chave: Gênero. Sexualidade. Educação Sexual. Currículo. Biologia.

SEXUAL EDUCATION IN THE BIOLOGY CURRICULUM: BETWEEN RESISTENCES AND CONFRONTATION TO “GENDER IDEOLOGY”

Abstract

This article is a piece of research inscribed in the fields of study of gender and sexuality that dialogue with the Foucaultian theorization, and analyzed the ways in which Sexual Education has been approached in the curriculum of the degree in Biology at Federal University X. The work field interviews involved the formation of focus groups and semi-structured interviews with undergraduates and graduates in this course, and Foucaultian discourse analysis was used to problematize the discourses about sexuality and gender that permeate this curricular scenario. With this analysis, we highlight in the participants' speeches the contradictions and conflicts that permeate this cultural artifact, as well as strategies of resistance and confrontation with the norms, essentialisms, and fundamentalisms reiterated by the movement “School without a Political Party” and through the discourse of the “gender ideology”. In this context, Sexual Education has allowed us to multiply meanings and didactic-methodological possibilities, favoring the deconstruction of power relations, discriminations, and prejudices based on fundamentalist discourses that try to restrict the fields of sexuality and gender in the course of Biology.

Keywords: Gender. Sexuality. Sexual Education. Curriculum. Biology.

Introdução

Este artigo é um recorte de uma pesquisa, inscrita nos campos de estudo de gênero e sexualidade, que dialogam com a teorização foucaultiana, e analisou os modos pelos quais a Educação Sexual vem sendo abordada no currículo de licenciatura em Biologia, na Universidade Federal X. O trabalho de campo envolveu a realização de grupos focais e entrevistas semiestruturadas com formandos/as e recém-formados/as desse curso, e a análise foucaultiana do discurso foi utilizada para problematizar os discursos acerca de sexualidade e gênero que perpassam esse cenário curricular. No contexto da pesquisa reverberam, também, resistências e enfrentamentos aos discursos do movimento “Escola sem partido” e dos grupos que combatem uma suposta “ideologia de gênero” e, são essas reverberações que discutimos aqui.

A manchete “*Orientação sexual é suprimida da Base Nacional Curricular*”, publicada no site Carta Educação¹, em novembro de 2015, é uma dentre muitas que fazem alusão à retirada do tema transversal antes contemplado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais/PCN (Brasil, 1999) e que não foi inserido entre os temas integradores do novo documento. Nessa matéria, especialistas em políticas públicas sobre gênero e sexualidade ressaltaram que esta omissão representava um retrocesso, tanto ao incluir tais temáticas somente de modo pontual na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), quanto ao restringi-la à disciplina Biologia, numa perspectiva limitada à anatomia e fisiologia do corpo humano, desconsiderando dimensões identitárias, socioculturais e políticas. Além disso, a omissão da Educação Sexual parece partir do mesmo princípio que excluiu o conceito de gênero de alguns planos estaduais e municipais de educação, de cunho retrógrado e de discursos de caráter fundamentalistas.

Os grupos conservadores e fundamentalistas que engendraram a apropriação da expressão “ideologia de gênero”, o fizeram para impedir que temáticas de gênero e sexualidade continuem sendo discutidas nas escolas, universidades e outros espaços educacionais. Em abril de 1998, o termo “ideologia de gênero” foi empregado pela primeira vez em um documento eclesial, uma nota da Conferência Episcopal do Peru, intitulada *La ideología de género: sus peligros y alcances*. Nessa nota, baseada em discursos essencialistas e em binarismos, afirmava-se que o “sistema ideológico de gênero” impõe a homens e mulheres comportamentos destoantes da natureza, ao negar “o instinto natural” destas à maternidade e, daqueles ao trabalho para sustentar a família (Junqueira, 2017; Rosado-Nunes, 2015).

Junqueira (2017) ressalta que a gênese do discurso da “ideologia de gênero” envolveu uma série de livros e artigos que, de modo geral, visavam defender a moralidade e a família tradicional disseminando “uma contraofensiva para reafirmar a doutrina católica e a naturalização da ordem sexual” (Junqueira, 2017, p. 31). Dentre tais publicações, destaca-se o livro “Agenda de gênero” de Dale O’Leary (1997), no qual a escritora norte-americana,

retoma uma crítica às *gender feminists*², acusando-as de apoiar-se na teorização marxista para incitar uma “ideologia” contrária às diferenças biológicas e, assim, à natureza humana (Cornejo-Valle; Pichardo, 2017; Junqueira, 2017). Entre as obras que veicularam tais discursos essencialistas e/ou fundamentalistas cabe mencionar, ainda, o livro de Jorge Scala (2010). Intitulado, originalmente, como “Ideologia de gênero: o gênero como ferramenta de poder”, que na edição brasileira de 2015, foi renomeado como “Ideologia de gênero – o neototalitarismo e a morte da família” (Furlani, 2016; Reis; Eggert, 2017).

Tais discursos tornam-se fundamentalistas ao se alicerçarem na interpretação literal de livros sagrados e em dogmas religiosos, ignorando os princípios de um Estado laico e a extensa produção científica no campo dos direitos humanos, dos estudos de gênero, da educação e das ciências. Um desses discursos emerge do Movimento Escola Sem Partido (MESP), fundado em 2004, mas que só ganhou visibilidade e outras versões no cenário político a partir da união entre forças conservadoras contra as políticas de igualdade social, cultural, sexual, de gênero (Frigotto, 2017; Furlani, 2016; Paraíso, 2016). Este processo teve como desdobramento a retirada, em 2014, dos temas gênero e sexualidade do Plano Nacional da Educação (Rosado-Nunes, 2015) e, como consequência, também de alguns planos estaduais e municipais. Tal movimento originou o “Programa Escola Sem Partido”, que tem a pretensão de evitar uma suposta “doutrinação política e ideológica” por parte de docentes em escolas e universidades. O MESP levou à criação do projeto de lei “Escola Sem Partido” que foi sendo fortalecido publicamente e vem adquirindo relevância nos discursos parlamentares, culminando com a proposição de uma série de medidas para impedir que docentes discutam em sala de aula tais temas (principalmente vinculados a gênero), considerando-os opiniões, julgadas inadequadas e/ou “doutrinadoras” (Furlani, 2016; Paraíso, 2016).

O “Escola Sem Partido” engendrou um movimento reacionário e/ou fundamentalista frente às transformações socioculturais e políticas, que contribuem para maior visibilidade das temáticas da Educação Sexual, ao incorporar o debate sobre gênero e sexualidade em distintos currículos. Ao empregar argumentos que defendem uma suposta “neutralidade na educação”, para garantir a primazia da família e “a moral tradicional”, o MESP busca reiterar normas sexuais e de gênero binárias, que reforçam preconceitos, discriminações e segregações. Para tanto, tentam aprovar projetos de lei, que visam proibir docentes de discutir aspectos éticos, culturais e políticos, principalmente acerca de gênero e sexualidade, desconsiderando que tais dimensões da vida social contemporânea, já constituem uma realidade nas vivências de todos/as, estejam incluídas ou não em políticas curriculares (Furlani, 2016; Junqueira, 2017; Miguel, 2016; Paraíso, 2016; Sousa Filho, 2007).

Para Furlani (2016), nas discussões e aprovações dos Planos de Educação, a retirada de palavras relacionadas à Educação Sexual, tais como gênero e sexualidade representaria uma forma de combater a suposta “ideologia de gênero”. Esse termo vem sendo utilizado, pejorativamente, para se referir aos “estudos de gênero” como um campo de propagação de representações e conceitos contrários aos valores morais, reforçados pela família tradicional hegemônica e por grupos religiosos radicais, por meio de uma suposta “conspiração mundial” entre ONU, União Europeia, governos de esquerda, movimentos feministas e de Lésbicas,

Gays, Bissexuais, Transgêneros e Intersexuais (LGBTI). Isso porque tais movimentos lutam por direitos humanos, como o uso do nome social condizente com a identidade de gênero, reconhecimento e liberdade de expressão das identidades sexuais destoantes do padrão heteronormativo e equidade de gênero.

Lionço (2014, p. 5) ressalta que as narrativas baseadas na “ideologia de gênero” pretendem “fundar uma teoria sobre gênero e sexualidade que carece de evidências, consistindo em narrativa religiosa antidemocrática e, portanto, fundamentalista.” Nos últimos anos, foram criados *slogans*, projetos de lei, textos e cartilhas que circulam em distintos artefatos culturais, ganhando adeptos, que simplesmente aceitam como “verdadeiras” informações distorcidas sobre as temáticas da Educação Sexual. Desse modo, por diferentes meios (digitais, políticos, familiares) são produzidas estratégias de tradução, multiplicação, distorção de conceitos e amedrontamento de docentes, discentes, famílias e todos/as que valorizam e reconhecem as diferenças (Paraíso, 2016). Em contrapartida, “[...] opositores das propostas de restrição da liberdade de cátedra, inspiradas na ofensiva religiosa contra a ‘ideologia de gênero’ e no Movimento Escola Sem Partido, as denominam ‘leis da mordaça’.” (Miguel, 2016, p. 613-614) e vem, sistematicamente, denunciando seus efeitos funestos contra a garantia de direitos humanos.

Percursos Teórico-Metodológicos

Os percursos teórico-metodológicos possibilitaram colher pistas acerca do modo como a Educação Sexual tem sido incorporada no currículo de Biologia da Universidade X. O exercício de problematização instigou-nos a (re)inventar modos de pensar e “fazer” pesquisa, não para estabelecer “verdades definitivas”, mas para examinar como discursos, permeados por relações de poder, instituem regimes de verdade. Para Foucault (2017a), aprender a problematizar significa realizar um movimento de análise crítica, observando como foram construídas diferentes soluções para um problema. Com base em abordagens pós-estruturalistas, lançamo-nos ao desafio de analisar e problematizar, desde a perspectiva dos estudos de sexualidade e gênero, como a Educação Sexual tem sido incluída nesse currículo de licenciatura em Biologia.

Para a produção do material empírico, os principais procedimentos investigativos foram grupos focais, organizados em três encontros com sete participantes (quatro recém-formados/as e três formandos/as, que já haviam cursado as disciplinas relacionadas à sexualidade, gênero e aos estudos culturais) e entrevistas semiestruturadas com os sete participantes do grupo focal e mais sete (futuros/as) biólogos/as, que participaram somente das entrevistas. Desse modo, foram realizados três encontros semanais com os sete participantes, além da primeira autora atuar como moderadora, houve a colaboração de dois observadores, que auxiliaram na condução dos grupos, nas anotações, gravação e filmagem das reuniões. Para que os grupos focais possibilitassem uma interação entre os/as

participantes, houve o planejamento de atividades que incluíram a discussão de alguns artefatos culturais – músicas, imagens, vídeos, textos de revistas – visando explorar discursos acerca de sexualidade e gênero, que permeiam a proposta de Educação Sexual na formação docente em Biologia.

Depois da realização dos grupos focais e da transcrição e leitura das discussões efetivadas, foram realizadas 14 entrevistas semiestruturadas (norteadas por um roteiro) com licenciandos/as e recém-licenciados/as. Dentre estes/as, sete participaram somente das entrevistas e os outros sete foram os/as participantes do grupo focal, que se disponibilizaram a ter um diálogo mais individualizado, para explorar vivências curriculares e/ou outros aspectos acerca das temáticas sexualidade e gênero, que não haviam sido suficientemente discutidos nos grupos e/ou que demandavam aprofundamento.

Vale destacar que os procedimentos éticos atravessaram todo processo de pesquisa, desde a escolha do objeto de estudo, delimitação do problema, planejamento e construção do projeto, seleção do *lócus* de investigação, escolha dos/as participantes e uso de nomes fictícios, elaboração dos roteiros das entrevistas e grupos focais, análise do material empírico até a divulgação da pesquisa. Nesse sentido, o projeto dessa pesquisa foi aprovado³ pelos Comitês de Ética das instituições proponente e coparticipante, bem como cada participante assinou um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Como procedimento analítico e ferramenta para problematizar os discursos acerca de sexualidade e gênero no campo da Educação Sexual, no currículo de licenciatura em Biologia, foi empregada a análise foucaultiana do discurso. Para Rosa Fischer (2001), a teorização foucaultiana sobre o discurso sugere aos/as pesquisadores/as um modo de investigar não o que “está por trás” dos textos e documentos, mas “as coisas ditas”. Logo, a preocupação não é o que se queria dizer com aquilo, mas, descrever quais são as condições de existência de um determinado discurso (e seu conjunto de enunciados), levando em consideração o contexto histórico e sociocultural em que os discursos foram produzidos. Foucault (2015b) argumentava que a análise do enunciado não pretende ser exaustiva da linguagem, mas, corresponde a um nível peculiar de descrição que envolve relação com um domínio de objetos, jogo de posições de sujeito; campo de coexistência e materialidade repetível. Na análise dos discursos sobre a Educação Sexual desse currículo, ressaltamos a presença marcante de regimes de verdade e, relações de poder-saber, que balizam (des)aprendizados, limites e possibilidades nas práticas culturais sobre sexualidade e gênero.

Na perspectiva teórica adotada, a Educação Sexual constitui um campo transdisciplinar que engloba um conjunto de discursos referentes à sexualidade e gênero (e outras temáticas interligadas) perpassados pela cultura e por relações de poder imbricadas na (re)produção de múltiplas identidades e diferenças. Na mesma direção, assumimos que não há um conceito estável de Educação Sexual, visto que parece mais significativo problematizar “verdades incontestáveis” instituídas num currículo de licenciatura em Biologia, a partir de mecanismos de poder-saber que delimitam permissões e/ou proibições nos campos de sexualidade e gênero.

Embora sejam conceitos distintos, sexualidade e gênero podem ser compreendidos como constructos históricos, produzidos e interpelados por uma cultura dinâmica e cambiante

(Louro, 2007). O conceito de *sexualidade* abrange representações, discursos, identidades, símbolos, desejos, relacionamentos que constituem processos culturais entremeados pela multiplicidade. Desse ponto de vista, admite-se que a própria biologia e a natureza são construídas pela cultura e história (Louro, 2000).

Para Dagmar Meyer (2004), apoiada em autoras com Joan Scott (1995) e Linda Nicholson (2000), o conceito de *gênero* engloba processos sociais, culturais e linguísticos que constroem diferenças entre mulheres e homens, o que inclui seus corpos, nomeando-os como corpos sexuais e generificados. Esse conceito de gênero problematiza abordagens pautadas em noções de papéis e características essencialistas, que instituem distinções (biológicas, psicológicas, sociais...) entre homens e mulheres. Ao ressaltar o caráter múltiplo e contingente das representações de masculinidades e feminilidades, contribui para sua resignificação.

Outro conceito relevante nesse estudo, é o de *currículo*, que constitui um conjunto articulado e normatizado de saberes e práticas interpelados pela cultura, visando eleger e transmitir representações sobre objetos e seres. O currículo, entendido como um artefato cultural, produz identidades e diferenças por meio de discursos construídos socioculturalmente e marcados por relações de poder (Costa, 2005; Silva, 2014).

Por meio do discurso se articulam poder e saber, que estão imbricados na constituição dos sujeitos (Veiga-Neto, 2016). Cabe repensar como discursos acerca de sexualidade e gênero se formaram (e se formam), suas condições de produção e funcionamento nas diversas instâncias sociais. Numa tentativa de problematizar discursos, que instauram “verdades absolutas” acerca de sexualidade e gênero, parece produtivo resignificar o conceito de Educação Sexual. Embora seja campo de múltiplas possibilidades, a Educação Sexual está marcada por um regime de poder-saber que determina ‘como’, ‘com quem’ e ‘onde’ pode ser vivenciada uma forma de sexualidade, reconhecida histórica e socioculturalmente como legítima, o que reforça padrões acerca das identidades sexuais e de gênero disseminados nos distintos espaços educativos.

Ao argumentar sobre a incitação de discursos acerca do sexo e da sexualidade, Foucault (2015a, p. 115) nos ensina que, essa dimensão constitui uma rede de relações em que “[...] a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder.” As teorizações foucaultianas salientam o caráter relacional do poder, interligando sua existência e disseminação a uma multiplicidade “[...] de pontos de resistência que representam, nas relações de poder, o papel de adversário, de alvo, de apoio, de saliência que permite a apreensão.” (Foucault, 2015a, p. 104).

Foucault (2015a, p. 106) questiona:

[...] De que maneira o jogo dessas relações de poder vem a ser modificado por seu próprio exercício – reforço de certos termos, enfraquecimento de outros, efeitos de resistência, contrainvestimentos, de tal modo, que não houve um tipo de sujeição

estável dado uma vez por todas? [...] trata-se de imergir a produção exuberante dos discursos sobre o sexo no campo das relações de poder, múltiplas e móveis.

Tal questionamento indica o argumento de Foucault (1995; 2015c) sobre as diferentes estratégias de resistência e de enfrentamento que marcam as relações de poder. Embora o termo estratégia abrigue múltiplos sentidos, pode ser compreendido como os distintos mecanismos empregados nas relações de poder. Como “estratégia de poder” designa o “[...] conjunto dos meios operados para fazer funcionar ou para manter um dispositivo de poder.” (Foucault, 1995, p. 248). Ademais, o autor fala em “estratégia própria às relações de poder na medida em que estas constituem modos de ação sobre a ação possível, eventual, suposta dos outros.” (Foucault, 1995, p. 248). Em meio a estratégias de luta e/ou enfrentamento a movimentos e discursos essencialistas e fundamentalistas, parece que a Educação Sexual nesse currículo vem evidenciando a multiplicidade e instabilidade das relações de poder.

No campo educacional, mais especificamente nos cursos de licenciatura em Biologia, em geral, os discursos (re)produzem saberes e práticas carregados de normas, essencialismos e relações de poder desiguais. Assim, a problematização de discursos (biológicos, pedagógicos, médicos, religiosos, psicológicos, etc.), que (des)constroem abordagens essencialistas sobre sexualidade e gênero, temáticas centrais no campo da Educação Sexual, constitui um exercício significativo nesse currículo, que ensaia estratégias de resistência e de enfrentamento.

Educação Sexual frente ao “Escola Sem Partido” e “Ideologia de Gênero”: problematização de discursos fundamentalistas no currículo de Biologia

Como um campo transdisciplinar, a Educação Sexual representa uma prática pedagógica e política, que aponta continuidades e rupturas acerca de “discursos verdadeiros” inventados histórica e socioculturalmente sobre sexualidade e gênero, sugerindo “pontos de resistências” a partir da problematização de fundamentalismos e determinismos (biológicos e/ou culturais, etc.) imersos em mecanismos de poder que produzem preconceitos, discriminações e segregações. Em decorrência do cenário político no Brasil, permeado por disputas partidárias, organizações fundamentalistas empenhadas na aprovação de mudanças na Educação, principalmente nos currículos escolares e envolvendo as temáticas da Educação Sexual, o questionamento no último encontro do grupo focal foi se a Educação sexual deveria estar incluída, por lei, em todos os currículos. Com (e a partir das) falas dos/as participantes, aprofundamos a discussão sobre a Educação Sexual frente ao projeto de lei “Escola sem Partido” e à chamada “ideologia de gênero”.

Moderadora: Em uma entrevista, uma professora de Ciências relata: “[...] essa questão da educação sexual, acho que deveria estar incluída por lei em todos os currículos”. Vocês concordam? Por quê?

Bianca: [...] eu acho que algumas pessoas da educação se opõem a isso pelo fato delas não estarem capacitadas pra debater esse assunto. [...] o que muitos professores sentem: “não vou querer aprovar que isso esteja no meu currículo porque eu não estou capacitado pra isso, vou tá me deparando com várias cenas e vou ter que tá dando uma explicação para os alunos o porquê daquilo, eu não tenho essa capacidade” [...] porque eles realmente não se sentem à vontade pra tá falando desse assunto e preferem tá votando contra, do que tá votando a favor e ter que fazer uma capacitação e outros é só por ignorância mesmo.

Emilly: Eu acho que tá mais perto de ser aprovada uma lei contra a educação sexual do que uma lei a favor da Educação Sexual.

Moderadora: Tem a “Escola Sem Partido” que já está...

Emilly: Exatamente! Acho que se for aprovada essa lei, essa lei vai ser cumprida porque eles vão ficar no pé pra ser cumprida, mas se fosse aprovada uma lei, ao contrário, incentivando a Educação Sexual na escola não seria cumprida porque os próprios professores não estão dispostos, a maioria, eu acho...

Will: Eu acho que se tem outras maneiras de se intervir que não por uma lei.

(Grupo focal, 3º encontro – 05/07/17)

Quando Bianca enuncia: “[...] algumas pessoas da educação se opõem a isso [Educação Sexual] pelo fato delas não estarem capacitadas pra debater esse assunto... e outros [docentes] é só por ignorância mesmo”; vale considerar que a crescente oposição ao debate e inclusão curricular das temáticas propostas na Educação Sexual envolve não somente a questão da carência de capacitação na formação docente, mas advém de uma conjuntura política embasada em discursos essencialistas e fundamentalistas, que aliam determinismo biológico a dogmas religiosos. A difusão dessas ideias por artefatos, em especial os midiáticos, visam manter certa “ignorância”, atingindo grande parcela da população.

A *ignorância* representa uma forma peculiar de conhecimento, ou seja, um modo de conhecer (re)produzido por meio de discursos alicerçados em mecanismos de poder (Britzman, 1996; Louro, 2016). Britzman (1996, p.91) acrescenta que “O velho dualismo binário da ignorância e do conhecimento não pode lidar com o fato de que cada conhecimento já contém suas próprias ignorâncias.” Para a autora, tanto sexualidade quanto gênero são dimensões construídas a partir de disputas políticas, interesses e conhecimentos, negociados socioculturalmente durante toda a vida, assim, tais dimensões não conseguiriam manter-se presas a estruturas de sujeição. A inclusão curricular das temáticas da Educação Sexual envolve resistências e “[...] processos políticos que vão determinar o resultado de quem vencerá – políticos no sentido de que vários atores e várias significações enfrentam-se para conseguir o controle” (Scott, 1995, p. 98).

Furlani (2007, p. 178) nos recorda que: “as resistências encontradas na Educação Sexual por parte daqueles que participam dela podem estar relacionadas aos saberes preconcebidos que “lutam” e não cedem ao conhecimento novo ou, simplesmente, re-significado. Isso nos

mostra como a deseducação sexual tem sido eficiente”. Ultrapassar abordagens biológico-higienistas e ampliar os modos de incorporação da Educação Sexual no currículo pressupõe, o reconhecimento por parte de educadores/as e discentes, que não se trata apenas de informação sobre sexualidade, mas de “um profundo exercício intelectual de assimilação e contextualização histórico/político visando uma real mudança de postura frente às práticas sexuais e frente à vida” (Furlani, 2007, p. 178).

Diante desse cenário político, a Educação Sexual instiga pensar que a ignorância e as oposições binárias não conseguem suprir as demandas educacionais contemporâneas, em que predominam (queira-se ou não) a multiplicidade e o desejo de familiarizar-se com o desconhecido, pela ultrapassagem das fronteiras, sobretudo sexuais e de gênero. Nesse sentido, a formação de educadores/as tornar-se-ia mais dinâmica e pluralista ao problematizar os diferentes modos de proliferação de discursos fundamentalistas, que perpassam o currículo e (re)produzem um conjunto de “ignorâncias” acerca de sexualidade e gênero, ao disseminarem representações essencialistas e/ou universalistas. Que conhecimentos relativos à sexualidade e gênero, o currículo de licenciatura em Biologia normatiza, naturaliza e/ou silencia? Ou, de outro modo: que “ignorâncias” referentes à Educação Sexual esse currículo mantém em favor de normas sexuais e de gênero sustentadas em discursos essencialistas e fundamentalistas?

Como ressalta Nascimento (2015), o MESP apoia-se em uma noção de “família tradicional”, patriarcal e heteronormativa, que exerce um papel decisivo no fortalecimento dos discursos que constituem tais doutrinas e, numa tentativa de manutenção do fundamentalismo cristão e do essencialismo, busca impedir a abordagem sociocultural e política das questões de gênero e sexualidade nos currículos escolares e acadêmicos. Justamente porque, para interditar e normalizar sexualidades e gêneros, o discurso religioso-fundamentalista investe em uma articulação estratégica com outros discursos. Nessa concepção, reforça-se uma abordagem de Educação Sexual caracterizada por discursos essencialistas que disseminam e reiteram binarismos nas representações de gênero e de sexualidade, visando sustentar uma matriz cisgênera e heterossexual que distingue corpos considerados normais e inteligíveis (Nascimento, 2015) de corpos, gêneros e sexualidades dissidentes.

Como adverte a fala de Emilly: *“Eu acho que tá mais perto de ser aprovada uma lei contra a Educação Sexual do que uma lei a favor da Educação Sexual”* e, de fato, o cenário político do País mostra-se mais favorável à exclusão curricular das temáticas sexualidade e gênero. Embora tenha sido estrategicamente retirado do Congresso em novembro de 2017, o projeto de lei “Escola Sem partido” ainda não foi arquivado de modo definitivo e, continua tendo efeitos em outros projetos, programas e movimentos em alguns Estados e municípios do País. Envolto em disputas, o “Escola Sem partido” segue ativo e reverberando, em detrimento das demandas educacionais contemporâneas que evidenciam a relevância de uma discussão sistemática e contínua sobre sexualidade e gênero por meio da inclusão da Educação Sexual nos currículos escolares e acadêmicos. Embora imerso nessa conjuntura política, o currículo investigado fornece pistas de que “[...] pontos de resistência estão

presentes em toda a rede de poder” (Foucault, 2015a, p. 104), assim as temáticas da Educação Sexual continuam sendo discutidas no curso de Biologia dessa Universidade.

Para Furlani (2016, p. 6), “[...] o Escola Sem Partido ajuda a manter esse discurso de proibição da discussão e de segregação e, por isso, recebeu atenção” de políticos e/ou religiosos fundamentalistas contrários à equidade de direitos e às políticas afirmativas, que favorecem a problematização das diferenças utilizadas para justificar desigualdades sociais. Entretanto, mesmo em meio à ascensão desses movimentos fundamentalistas, parece que a Educação Sexual vem recriando possibilidades para “[...] fazer esta crítica num processo educativo que se defina pela análise social e política das redes de poder que promovem a classificação, a hierarquização e o enquadramento sexual em modelos restritos” (Furlani, 2007, p. 20).

Ainda que o projeto de lei “Escola Sem Partido” venha, de fato, a ser aprovado, escolas e universidades contariam com docentes dispostos/as a resistir e continuar discutindo, nas salas de aulas, questões socioculturais e políticas, como sexualidade e gênero, conforme nos lembra Will: *“acho que se tem outras maneiras de se intervir que não por uma lei”*. De fato, existem diversas possibilidades para recriar estratégias de resistência e enfrentamento que destoam da imposição de leis e ampliam os modos de se “intervir” em um currículo. Sobretudo, no campo da Educação Sexual parece mais produtivo investir em um exercício de questionar como discursos instituem “regimes de verdade”, que dificultam o (re)conhecimento e a crítica de processos culturais envolvidos na produção de identidades e diferenças, relacionadas às múltiplas vivências de sexualidade e expressões de gênero.

Nesse rumo, a Educação Sexual no currículo de Biologia incitaria o questionamento da totalidade dos currículos, universalidade e hegemonia de determinadas identidades, possibilitando o reconhecimento da multiplicidade de sujeitos e discursos que atravessam distintos cenários educacionais, em direção a uma mudança social. Compreendendo que os mesmos processos discursivos que produzem as diferenças poderiam ser, constantemente, problematizados e ressignificados pelos processos educacionais (Furlani, 2011). A ressignificação dos currículos escolares e acadêmicos aliada ao desenvolvimento de uma Educação Sexual que abrange um conjunto de saberes e práticas acerca de sexualidade, gênero e outras temáticas significativas contribuiria para o (re)conhecimento da multiplicidade de identidades que habitam os cenários educacionais. Multiplicidade esta que, muitas vezes, é silenciada e/ou escamoteada pelos processos discursivos de homogeneização que permeiam o campo da educação e, notadamente, a educação escolar.

Miguel (2016, p. 615) aponta que “[...] impedir que gênero seja discutido na escola é impedir que se aja no sentido de reverter tal quadro. Uma escola “sem partido” é uma escola que toma o partido da injustiça e da opressão.” A “ideologia de gênero” foi mencionada nas discussões do grupo focal e merece ser analisada, considerando as estratégias de enfrentamento incorporadas nessa Educação Sexual:

Will: E você percebe que *muita coisa tem mudado aqui na Universidade, e que os professores estão fazendo com que essas temáticas não fiquem só restritas ao curso de Biologia*, a uma disciplina, acho que deveria ser abordado em todos os cursos, entende? Você percebe que *a Universidade tem tido avanços muito bons quanto à, tanto a identidade de gênero, nome social* que os alunos agora têm direito de colocar [...] Eu e Vitória fizemos uma intervenção no Resun [Restaurante Universitário], [...] sobre violência contra a mulher, no dia internacional da mulher [...] Vitrine viva, eu era o noivo, uma colega minha era a noiva e eu estava esganando ela, era uma cena bem impactante, [...] isso causou um impacto tão grande, as pessoas paravam assim, olhavam, perguntavam...

Vitória: [...] Aí postaram em uma rede social uma foto nossa [...] e tinha lá: “quando o pessoal de humanas resolve aparecer”, aí teve uma professora nossa que colocou embaixo: “ops, humanas não, biológicas!” E isso gerou um impacto assim, é um déficit que tem na Biologia, por que o pessoal da Biologia não pode fazer esse tipo de intervenção? Por que gera tanto impacto? Porque não é trabalhado da forma que deveria ser trabalhado dentro da sala de aula, até por professores mesmo [...] de chegar a dizer que não há necessidade de se trabalhar sobre gênero dentro da sala de aula: “não, não na Biologia.” [...] existem pessoas que concordam [...]

Will: [...] e aluno daqui, da Universidade, do curso de licenciatura postar nas redes sociais que: “eu não acredito nisso, numa ideologia” ... *Não é ideologia o certo de gênero, eu acho que a gente quer fazer uma escola, gente, mais humana, uma escola mais receptiva, mais acolhedora, ajudando a dar visibilidade a essas temáticas.* Aí posta assim: “*eu não acredito nessa ideologia de gênero, acho isso muito medíocre, [...] usem artigos da maneira correta, qual é a finalidade disso? O que existe é sexo!*”

[...] quando as pessoas botam essa palavra “ideologia”, as pessoas que são contra, mas elas têm isso como algo que você quer implantar a torto e a direita, de qualquer jeito, e não, nós temos toda maneira de intervir isso no colégio [...] Mas, *eu acho que o que é ideologia pra eles, eles têm uma noção diferente, eles acham que nós queremos impor, e não é assim [...]*

(Grupo focal, 2º encontro – 27/06/17)

Fred (entrevista): Eu não entendo como é que você pode ser, assim e não só com religião, com qualquer outra coisa, como é que você pode ser tão fechado, ter uma mente tão fechada, acreditar numa coisa tão cegamente e aceitar pra você que aquilo ali é verdade e quem tiver fora daquilo ali tá errado, entendeu? [...] e principalmente *nessa questão de gênero que a gente não pode generalizar mesmo, nem pode dizer que tem um caminho certo, tem um caminho específico e a religião parte muito pra isso de dizer isso é certo, isso é errado!*

(Fred, entrevista – 28/08/17)

A discussão sobre a “ideologia de gênero” indica um entrelaçamento de enunciados que compõem um certo discurso de base fundamentalista, o que pode ser vislumbrado a partir da mensagem (de um discente da Universidade X) exposta nas redes sociais: “*eu não acredito nessa ideologia de gênero, acho isso muito medíocre, [...] O que existe é sexo!*”. Estes enunciados são postos em funcionamento por discursos universalistas, essencialistas e fundamentalistas que creem em “verdades absolutas”, explicações causais e/ou interpretações literais, utilizadas para justificar uma estrita adesão a dogmas religiosos.

Pensando a partir de Foucault (2015b), vale examinar práticas discursivas, que colocam em exercício jogos de poder pautados na noção de “verdade universal”, ao disseminarem um conjunto de regras anônimas e históricas, vigentes em um determinado contexto sociocultural, responsáveis por diversas relações entre os enunciados.

A questão da *ideologia*, nas palavras de Foucault (2015b, p. 223), “[...] é a questão de sua existência como prática discursiva e de seu funcionamento entre outras práticas”. De modo paradoxal, a noção de *ideologia*, ainda que fomenta certa oposição a alguma coisa tida como “verdade”, parece ser afetada pelo próprio argumento, pois, alicerçada em discursos fundamentalistas, tenta instaurar um conjunto de prescrições sobre valores morais e religiosos. Tal noção de ideologia merece ser questionada, principalmente, porque em determinado contexto social e político, não se trata de separar o que um discurso realça de cientificidade, verdade e/ou outra coisa tida como fundamento, mas de problematizar “[...] historicamente como se produzem efeitos de verdade no interior de discursos que não são em si nem verdadeiros nem falsos” (Foucault, 2017b, p. 44).

Nesse raciocínio, a “ideologia de gênero” produz efeitos de verdade que exaltam relações de poder desiguais. Para Foucault (2017b, p. 54), a “verdade” pode ser compreendida como “um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados”. Ademais, salienta-se que “a ‘verdade’ está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem. ‘Regime’ da verdade.” (Foucault, 2017b, p. 54). “É preciso pensar os problemas políticos [...] não em termos de ‘ciência/ideologia’, mas em termos de ‘verdade/poder’” (Foucault, 2017b, p. 53). De modo oposto ao pensamento foucaultiano, esse rótulo, *slogan* (Junqueira, 2017; Paraíso, 2016) e/ou narrativa (Furlani, 2016) denominada “ideologia de gênero” vem fortalecendo a produção de uma série de oposições binárias, tais como natureza/cultura; sexo/gênero, que historicamente marcaram as abordagens de Educação Sexual em diferentes ambientes educativos.

Na tentativa de manter o binarismo sexo/gênero, há a disseminação de representações pejorativas acerca de gênero, por meio de distintos artefatos culturais, que colocam em funcionamento o discurso da “ideologia de gênero”. Embora abrigue distintos sentidos, a palavra *ideologia* é empregada de forma abusiva nestes discursos fundamentalistas, com o sentido de falsa consciência ou falsa apreensão do real, pois visa produzir “efeitos de verdade”, objetivando reverter a compreensão de gênero como um amplo campo de estudos, produzido histórica e socioculturalmente, que reflete múltiplas representações acerca de masculinidades e feminilidades. Para Junqueira (2017, p. 41), “[...] admite-se que se fale em gênero, desde que um gênero naturalizado, em nada semelhante às fabulações da ‘teoria/ideologia do *gender*’. Por fim, reitera-se o rechaço ao emprego de gênero como categoria analítica e promotora da desnaturalização da ordem sexual.”

Haraway (2016) destaca a existência de uma “*ideologia biológico-determinista*” que consiste em um posicionamento presente na cultura científica favorável à ideia de “animalidade humana”, isto é, de modo resumido, defende-se que os seres humanos

obedeceriam a instintos naturais, como se possuísem uma unidade essencial que os classificaria em machos e fêmeas. No entanto, tal *ideologia* desconsidera que as pessoas são constituídas por múltiplas e instáveis identidades (sobretudo, as identidades sexuais e de gênero) construídas por meio de discursos científicos e outras práticas socioculturais. Assim as fronteiras sexuais e de gênero são, constantemente, rompidas e reconfiguradas.

Furlani (2016) enfatiza o conceito gênero como propulsor de discussões acerca da posição das mulheres na sociedade, do reconhecimento das múltiplas identidades sexuais e de gênero, de novos arranjos familiares e relacionamentos afetivos, possibilitando ampliar as lentes para enxergar os sujeitos na pós-modernidade. De fato, “não há campo do conhecimento contemporâneo mais impactante e perturbador para as instituições conservadoras e tradicionais que os efeitos reflexivos dos estudos de gênero” (Furlani, 2016, p. 3). Por isso, tantos investimentos na criação e divulgação do discurso da “ideologia de gênero”, constituído por um amálgama de enunciados tomados como premissa para reduzir a conquista de visibilidade e direitos que os campos de estudos de gênero e sexualidade vêm proporcionando às minorias sociais; por meio das lutas por igualdade de direitos entre homens e mulheres, heterossexuais e grupos LGBTI, bem como a partir da inclusão curricular dessas temáticas nas escolas e universidades (Paraíso, 2016).

Quando Vitória conta sobre o espanto de algumas pessoas, inclusive docentes ao verem as temáticas sexualidade e gênero serem discutidas e, mais que isso, incorporadas à matriz curricular desse curso de Biologia, é possível localizar os “ruídos” de movimentos conservadores que criaram o discurso da “ideologia de gênero”. A sentença anônima dita: “*não há necessidade de se trabalhar sobre gênero dentro da sala de aula: “não, não na Biologia”*”, evidencia, de algum modo, a reverberação de discursos essencialistas que, por vezes, marcam o campo da Biologia. Nas palavras de Paraíso (2016), os grupos reacionários criadores do discurso da “ideologia de gênero”, visando atingir o objetivo de eliminar as temáticas gênero e sexualidade das instâncias educacionais, almejam controlar o currículo e práticas docentes que assumem posicionamentos políticos, sobretudo ao reivindicarem uma suposta “neutralidade” na educação escolar.

Acontece que tais grupos reacionários desconsideram o atravessamento das relações de poder nas práticas e conhecimentos, selecionados para compor currículos de distintos cenários educacionais, inviabilizando, assim, esse argumento de neutralidade. Justamente porque: “[...] todo conhecimento, seja ele científico ou ideológico, só pode existir a partir de condições políticas [...] para que se formem tanto o sujeito quanto os domínios de saber. [...] Não há saber neutro. Todo saber é político” (Foucault, 2017b, p. 28). Nesse pensamento, os currículos abrigam diferentes posicionamentos políticos, evidentes nos campos de gênero e sexualidade, sinalizando conflitos e contradições tanto de discursos essencialistas e fundamentalistas pautados em determinismos biológicos que reforçam rótulos, prescrições higienistas e valores tradicionais e heteronormativos; quanto de abordagens socioculturais da Educação Sexual.

Junqueira (2017) acrescenta que “ideologia de gênero” tornou-se uma categoria retórica de mobilização política reacionária e autoritária, ao investir em mecanismos de poder, que apelam para o convencimento de que gênero seria uma ameaça aos valores morais da família

tradicional. Dessa forma, discursos religiosos fundamentalistas tentam manter normas sexuais e de gênero. O autor afirma que existe “teoria/ideologia de gênero”, mas não como descrevem opositores ao conceito de gênero, visto que, seria um sintagma forjado para operar como dispositivo metadiscursivo e antidemocrático, contrário às dimensões políticas e culturais que atravessam as questões de gênero. A fala de Fred representa uma contraposição a tais discursos, ao reconhecer que: *“nessa questão de gênero a gente não pode generalizar mesmo, nem pode dizer que tem um caminho certo... e a religião parte muito pra isso de dizer isso é certo, isso é errado!”*

Os ditos que Will corroboram esse raciocínio e, parecem incorporar de vivências e aprendizados sobre sexualidade e gênero instigados a partir da Educação Sexual nesse currículo: *“o que é ideologia pra eles, eles têm uma noção diferente, acham que nós queremos impor, e não é assim”*. E antes, o participante enfatizava: *“Não é ideologia o certo de gênero, a gente quer fazer uma escola... mais humana, uma escola mais receptiva, mais acolhedora, ajudando a dar visibilidade a essas temáticas”*. De modo análogo, Junqueira (2017) salienta que “teoria/ideologia de gênero” não corresponde e muito menos resulta do campo de Estudos de Gênero e de Sexualidade, nem dos movimentos feministas e LGBTI. Ao contrário, representa um dispositivo originado por práticas fundamentalistas e antifeministas, que visam barrar a conquista de direitos, atingindo principalmente grupos de LGBTI, mulheres e étnico-raciais; assim como a todos/as que reconhecem a multiplicidade de identidades e diferenças nos distintos currículos da vida.

Nessa perspectiva de visibilidade às questões de gênero e sexualidade, a Educação Sexual proposta neste curso, percorre campos heterogêneos da Universidade, extrapolando os limites das disciplinas, como foi contado por Will: *“[...] muita coisa tem mudado aqui na Universidade [...] quanto à [...] identidade de gênero, nome social que os alunos agora têm direito...”*. Multiplicam-se as estratégias de enfrentamento ao fundamentalismo político citado e, nesse jogo, currículos escolares e acadêmicos sinalizam conflitos, limites e possibilidades de luta e resistência às normatizações.

No cenário contemporâneo do Brasil, a expansão de conquistas no terreno de gênero e sexualidade vem sendo motivo de reações antidemocráticas que tentam freá-las nas escolas, universidades, nos cursos de Biologia e em qualquer ambiente que acolha as múltiplas identidades e diferenças. “São tempos de difusão do *slogan* ‘ideologia de gênero’. Uma ‘tormenta’ inesperada [...] Pois trata-se de uma avalanche de ideias reacionárias que busca inundar a todos e todas com moralismos, divisões naturalizadas, identidades fixas, generificações hierárquicas, silêncios interessados [...]” (Paraíso, 2018, p. 25).

Toni Reis e Edla Eggert (2017, p. 20) alertam que tal conjuntura política demanda a recriação de estratégias que possibilitem “defender a igualdade de gênero, mas não a partir de uma ideologia deturpada disseminada pelas forças reacionárias no debate sobre os Planos de Educação.” Nessa direção, torna-se ainda mais necessário o incessante questionamento de discursos que tentam reforçar uma arbitrária “distinção binária entre masculino e feminino”,

principalmente a partir de processos educacionais que visem enfrentar e desconstruir desigualdades sexuais e de gênero.

Considerando que gênero e sexualidade estão no cerne de disputas políticas, estratégias de enfrentamento e/ou de resistência tem sido pensadas e (re)construídas para contrapor-se aos efeitos dessas “tormentas” no currículo, sobretudo a partir da articulação entre campos de estudos, como os estudos foucaultianos, os estudos culturais, os estudos feministas e de gênero e os estudos LGBTI. Articulados, esses campos contribuem para que os conceitos de gênero e sexualidade sejam “multiplicados, torcidos e radicalmente descolados de quaisquer essências e fundacionalismos biológicos” (Meyer, 2018, p. 10-11).

Paraíso (2018) nos instiga a enxergar “os frutos” dessa tormenta reacionária, isto é, frente a estes projetos e movimentos fundamentalistas, docentes, estudantes e outros profissionais da educação resistem e recriam estratégias de enfrentamento. O que foi inventado para amedrontar e controlar o currículo, acaba tornando-se um “motor político”, pois incita ainda mais as discussões sobre sexualidade e gênero nas salas de aula de diferentes modos. Para a autora, é importante pensar o currículo como um campo atravessado pela força da resistência, acolhedor de inúmeras possibilidades (Paraíso, 2016), já que é constituído por vidas diversas e transgressoras de normas sexuais e de gênero. “A resistência abre espaços, abre caminhos, cria possibilidades. A resistência cria um re-existir, ou seja, um existir de um outro modo” (Paraíso, 2016, p. 389).

Foucault (1995, p. 234) enfatiza que “[...] para compreender o que são as relações de poder, talvez devêssemos investigar as formas de resistência e as tentativas de dissociar estas relações.” Nesse caminho, a Educação Sexual joga com (im)possibilidades, ensaiando caminhos para ir além de (in)formar sobre sexualidade e gênero numa perspectiva sociocultural e política, sobretudo a partir do questionamento acerca dos modos de produção de identidades e diferenças. Um/a educador/a que aceita o desafio de trabalhar com a Educação Sexual não somente para informar, mas sobretudo problematizar e desconstruir saberes preconcebidos em torno de sexualidade e gênero, experimentaria uma incessante autocrítica de discursos essencialistas e fundamentalistas, ao compreender que a formação de conhecimentos se encadeia em relações de poder, pontuadas por estratégias de resistência.

Conclusões contingentes...

As práticas curriculares costumam estar perpassadas por normas, que ensinam um modo legítimo de vivenciar a sexualidade e de expressar masculinidades e feminilidades, delimitando o que significa “ser homem” ou “ser mulher”, ignorando as contingências e interseccionalidades que permeiam nossas vidas e constituem nossas múltiplas identidades. Tais práticas evidenciam o quão generificado e sexuado é o currículo, aqui entendido como artefato cultural contingente e mutável, por meio do qual se reinventam estratégias de resistência a partir da problematização de mecanismos de poder vigentes e de seus modos de produção de diferenças. Nesse horizonte, a Educação Sexual instiga um leque de possibilidades didático-metodológicas, favorecendo a desconstrução de discursos

essencialistas e fundamentalistas que tentam cercear os campos de sexualidade e gênero no currículo de licenciatura em Biologia.

A Educação Sexual, ao englobar as temáticas sexualidade e gênero, permite a problematização de discursos essencialistas e heteronormativos, evidenciando uma multiplicidade de processos socioculturais que constituem o que aprendemos e/ou ensinamos sobre feminilidades e masculinidades, prazeres, relacionamentos. Nessa perspectiva, considera-se que os sujeitos constroem identidades sociais contingentes e, portanto, caberia às distintas instâncias educacionais recriar estratégias para incorporar a Educação Sexual, ao invés de (re)produzir discursos essencialistas acerca de corpos, sexualidades e gêneros; buscando discutir os distintos modos pelos quais algumas identidades foram legitimadas e outras marginalizadas, por não se enquadrarem nas normas sexuais e de gênero.

A enigmática frase de Foucault (2014, p. 25), “o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta”, permite refletir sobre as abordagens da Educação Sexual no currículo de licenciatura em Biologia. No curso em foco, as abordagens assumidas permitiram (des)conectar identidades de prescrições biológico-higienistas e possibilitaram o reconhecimento de sexualidade e gênero como constructos históricos, socioculturais e políticos. Foucault (2014, p. 63) insiste, “estamos muito longe de haver constituído um discurso unitário e regular da sexualidade [e acrescentamos gênero], talvez não cheguemos nunca a isso e, quem sabe, não estejamos indo nessa direção”. As demandas educacionais contemporâneas incitam a constante reconstrução do campo discursivo em torno da Educação Sexual, não tanto no sentido de “novos ditos e saberes”, mas a partir da problematização e desconstrução dos discursos e dos binarismos que sustentam noções de sexualidade e de gênero essencializadas, (hetero)normativas e excludentes. Assim, a Educação Sexual, nesse curso parece ser interpelada por “novos acontecimentos” e novas pedagogias, que exigem múltiplas formas de educar em detrimento do apego a um único “discurso verdadeiro”, que nem a Biologia consegue sustentar.

Embora sejam ensaiadas estratégias de resistência e enfrentamento a fundamentalismos, essencialismos e normatizações que tentam cercear os campos da Biologia e da Educação Sexual, distintos mecanismos e relações de poder transitam por esse currículo, posto que contradições, ambiguidades e conflitualidades são constitutivas desse artefato cultural. Contudo, entre limites e possibilidades, tal currículo vai sendo interpelado pelo caráter produtivo do poder, principalmente ao admitir a multiplicidade de identidades e diferenças nas dimensões de sexualidade e gênero. Assim, as articulações entre Educação Sexual e Biologia são constantemente tensionadas e expostas a “provocações permanentes”, possibilitando modificar relações de poder atuantes nesses campos tão plurais, de tal maneira que práticas de liberdade e de resistência produzam distintos sentidos e conexões!

- 1.Revista eletrônica Carta Capital. Disponível em:
<<http://www.cartaeducacao.com.br/reportagens/orientacao-sexual-e-suprimida-da-base-nacional-curricular/>>. Acesso em:
27 Ago. 2016.
- 2.O termo *Gender Feminism* foi utilizado no livro *Who Stole Feminism? How Women Have Betrayed Women*, publicado em 1994 pela ensaísta antifeminista Christina Hoff Sommers, professora de Filosofia da Clark University. Para a autora, *Gender Feminism* seria “uma ideologia de feministas que, em vez de buscar a conquista de igualdade de direitos entre homens e mulheres, passou a antagonizar desigualdades históricas baseadas no gênero, falando em patriarcado, hegemonia masculina, sistema sexo-gênero etc.” (Junqueira, 2017, p. 31)
- 3.Aprovado com o CAAE n. 67805717.8.0000.5347, em 08 de junho de 2017, conforme o Parecer n. 2.107.195 do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da instituição proponente (UFRGS) e, em 10 de julho de 2017, com o CAAE n. 67805717.8.3001.5546 conforme Parecer n. 2.164.532 do CEP da instituição coparticipante (UFS).

Referências

- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: orientação sexual**. Brasília: MEC/SEF, 1999.
- BRITZMAN, Deborah P. O que é esta coisa chamada amor: identidade homossexual, educação e currículo. **Revista Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 21, n.1, p. 71-96, jan/jun, 1996.
- CORNEJO-VALLE, Mónica; PICHARDO, J. Ignacio. La “ideología de género” frente a los derechos sexuales y reproductivos. El escenario español. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 50, 175009, 2017.
- COSTA, Marisa Vorraber. Currículo e política cultural. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). **O currículo nos limiares do contemporâneo**. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 37-67.
- FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de Pesquisa**, Rio de Janeiro, n. 114, p. 197-223, 2001.
- FOUCAULT, Michel. _____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul (Org.). **Michel Foucault: uma trajetória filosófica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p.231-249.
- _____. **A Ordem do Discurso** – Aula inaugural no College de France. Pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo. Ed. Loyola: 2014.
- _____. **História da Sexualidade 1: a vontade do saber**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015a.
- _____. **A Arqueologia do saber**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015b.
- _____. **Ditos e Escritos IV: estratégia, poder-saber**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015c.
- _____. **Ética, Sexualidade e Política**. Organização de Manoel Barros da Motta. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017a. (Coleção Ditos & Escritos V).
- _____. **Microfísica do Poder**. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017b.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: _____. (Org.). **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017. p.17-34.
- FURLANI, Jimena. **Mitos e tabus da sexualidade humana: subsídios ao trabalho em educação sexual**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

- _____. **Educação sexual na sala de aula:** relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- _____. Existe “ideologia de gênero? Entrevista concedida a Andrea Dip. **Publica**, 30 ago. 2016. Disponível em: <<https://apublica.org/2016/08/existe-ideologia-de-genero/>> Acesso em: abril de 2018.
- HARAWAY, Donna J. manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Antropologia do ciborgue:** as vertigens do pós-humano. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. p. 33-118.
- JUNQUEIRA, Rogério Dinis. “Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”? In: RIBEIRO, Paula Regina Costa Ribeiro, MAGALHÃES, Joanalira Corpes (Org.). **Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade.** Rio Grande: Ed. da FURG, 2017. p. 25-52.
- LIONÇO, Tatiana. “Ideologia de gênero”: emergência de uma teoria religiosa sobre os riscos da democracia sexual. **Revista Fórum**, São Paulo, 27 set. 2014.
- LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: _____. (Org.). **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 07-34.
- _____. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 46, p. 201-218, dez. 2007.
- _____. **Um corpo estranho:** ensaios sobre sexualidade e teoria *queer*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann. Teorias e políticas de gênero: fragmentos de histórias e desafios atuais. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 57, n. 1, p. 13 -18, jan./fev. 2004.
- _____. Currículos de gênero e sexualidade: sobre tormentas e resistências criativas em territórios disputados. In: PARAÍSO, Marlucy Alves; SILVA, Maria Carolina da. (Orgs.) **Pesquisas sobre currículos, gêneros e sexualidades.** Belo Horizonte: Mazza Edições, 2018. Prefácio, p.09-11.
- MIGUEL, Luís Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero”: Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. **Direito & Práxis**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, p. 590- 621, 2016.
- NASCIMENTO, Leonardo. Qual ideologia de gênero? A emergência de uma teoria religiosa fundamentalista e seus impactos na democracia. *Albuquerque – revista de história*, v. 7, n. 13, p. 85-100, jan./jun. 2015.
- NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, 2000.
- PARAÍSO, Marlucy Alves. A ciranda do currículo com gênero, poder e resistência. **Currículo sem Fronteiras**, Pelotas, v. 16, n. 3, p. 388-415, set./dez. 2016.
- _____. Fazer do caos uma estrela dançarina no currículo: invenção política com gênero e sexualidade em tempos do *slogan* “ideologia de gênero”. In: PARAÍSO, Marlucy Alves; SILVA, Maria Carolina da. (Orgs.). **Pesquisas sobre currículos, gêneros e sexualidades.** Belo Horizonte: Mazza Edições, 2018, Cap. 1, p.23-52.
- REIS, Toni; EGGERT, Edla. Ideologia de gênero: uma falácia construída Sobre os planos de educação brasileiros. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, n. 138, p.9-26, jan./mar., 2017.
- ROSADO-NUNES, Maria José Fontelas. A “ideologia de gênero” na discussão do PNE: a intervenção da hierarquia católica. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 13, n. 39, p. 1237-1260, jul./set. 2015.

- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.
- SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 73-102.
- SOUSA FILHO, Alípio de. "A Escola Sem"... Sem Partido, sem política, sem debate, sem diversidade, sem gênero, sem sexualidade... **Bagoas**: revista de estudos gays, v. 1, n. 1, p. 9-14, jul./dez. 2007.
- VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & a Educação**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

Correspondência

Elaine de Jesus Souza - Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Mestra em Psicologia Social pela Universidade Federal de Sergipe (UFS); Licenciada em Ciências Biológicas UFS). Professora Adjunta do Instituto de Formação de Educadores (IFE) da Universidade Federal do Cariri (UFCA), Brasil. Membro do Grupo de Pesquisa Gênero, Sexualidade e Estudos Culturais (GESEC/UFS/CNPq).
E-mail: elaine.js.sd@hotmail.com

Dagmar Elisabeth Estermann Meyer - Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora na Faculdade de Educação da UFRGS, até aposentar-se em 2011. Atualmente segue atuando como Professora Colaboradora Convidada no PPG-Edu da UFRGS, na Linha de Pesquisa Educação, Sexualidade e Relações de Gênero. Integrante do Grupo de Estudos Educação e Relações de Gênero (GEERGE), desde sua criação, em 1990.
E-mail: dagmaremeyer@gmail.com

Claudiene Santos - Doutora em Psicologia pela Universidade de São Paulo/FFCLRP/USP. Professora do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Cinema e Narrativas Sociais na Linha de Pesquisa Cinema e Gênero. Líder do Grupo de Pesquisa Gênero, Sexualidade e Estudos Culturais (GESEC/UFS/CNPq).
E-mail: claudienesan@gmail.com

Texto publicado em *Currículo sem Fronteiras* com autorização das autoras.
